13 DE DEZEMBRO – Dia do Marinheiro – Aniversário do Almirante Marquês de Tamandaré

A classe a que pertencemos só pode brilhar pelo conjunto de qualidades que habilitem o homem a desempenhar o sacerdócio de depositários da honra e glória da Nação.
Almirante Tamandaré

NYLSON REIS **BOITEUX***
Coronel (Refº – EB)

Ninguém de boa fé e sem faltar com a verdade histórica poderá contestar hoje que o Brasil deve a sua independência e integridade territorial à Marinha de Guerra Nacional. Se não fosse ela, como poderiam os líderes da nossa emancipação, Jose Bonifácio à frente, ter alcançado retirar dos mares brasileiros o pavilhão de Portugal?

Portugal, com elementos navais bem apreciáveis, era então senhor incontestável do Atlântico e, em pontos estratégicos da longa costa brasileira, dispunha de excelentes bases de apoio, reparos, reabastecimento e repouso: Belém, São Luiz, Salvador e Montevidéu. Eram praças fortes, bem guarnecidas e fartamente municiadas. As operações terrestres dos brasileiros, graças às redes hidro-topográficas do País, a sua enorme extensão e sua população rarefeita e, principalmente, à carência completa de uma rede de comunicações interiores, seriam morosas e extremamente difíceis, talvez até impraticáveis, muito embora se dispusesse no País de tropas respeitáveis e bravas. Enquanto o inimigo tivesse sobre seu controle o domínio do mar, não alcançaríamos nunca a libertação da Pátria. Houve, pois, necessidade imediata de criar-se uma vigorosa esquadra. Em seis meses ela era uma pujante realidade e, graças a sua eficiência e bravura, sabia impor sua vontade ao antagonista obstinado e forte.

Nossa atividade volta-se nesse momento para uma multidão anônima, abnegada e heroica, que, vivendo no bojo úmido e sombrio das nossas valorosas naus e

* Diplomado pela Escola de Comando e de Estado-Maior do Exército Brasileiro.

Marquês de Tamandaré

fragatas, dos nossos veleiros e brigues, corvetas e minúsculas canhoneiras, deu-lhe vida e frêmitos de uma bravura cívica incomparável capaz dos mais brilhantes feitos: "O marinheiro da Independência".

A Marinha, principalmente a de guerra ou militar, é essencialmente conservadora, mas, apesar disso, não será muito fácil descrever os hábitos que são mantidos guardados pela instituição e tão seguidos. Mais de 130 anos nos separam daquele cenário épico, período, entretanto, não tão longo que possa escurecer ou mesmo modificar usos navais. A tradição sempre vigilante tem impedido, por felicidade nossa, que isso aconteça. A estrutura da Marinha Real Portuguesa antes do Marquês de Pombal encontrava-se, principalmente sobre o ponto de vista do pessoal, em estado precário. O marujo português não se diferenciava muito dos marinheiros mercantes quanto à profissão, ao gênero de vida e até ao armamento, pois lhes era comum, nessas aventurosas e perigosas viagens de longo curso, compartilhar dos riscos, combatendo contra corsários e piratas e os célebres chamados de "irmãos da Costa" e "flibusteiros". A figura, pois, dos marujos dessa época algo remota, "é uma silhueta vaga, imprecisa, como se fosse uma gravura grosseira, cujos contornos eram apenas perceptíveis, distinguindo-se tão-somente os traços gerais da espécie". Mais tarde, já nos será possível distinguir com precisão a figura exata do marujo, do flibusteiro, pelo menos em seus traços principais: fixando os caracteres da espécie, indicando os hábitos, as ocupações, armamento, o equipamento do soldado e a alimentação do marinheiro e de encontrar com surpresa, a bordo daqueles navios detalhes de serviço, particularidades que de ano para ano vieram se perpetuando até os nossos dias.

O gênio organizador de Colbert (almirante francês, 1628-1699) ultrapassando as raias nativas, em parceria com os ensinamentos da Marinha inglesa, levados por oficiais ao serviço de Portugal, influiu muito acertadamente nas reformas introduzidas na Marinha portuguesa nos últimos decênios do século XVIII. De conformidade com as especialidades ou incumbências que lhes eram afetas, distribuiu-se ainda em: artilheiros, gajeiros, sotas, homens de terço, de governo e, afinal, especialistas das mareações e timoneria se faziam também no mar alto,

ao som das tempestades, dos mares bravios e das ondas procelosas. Como se observa, certas especialidades, naquele tempo, iam-se esboçando à custa de longos e penosos ensinos do mar. Quanto ao uniforme, supomos, com certo fundamento, que o marujo d'Armada Real Portuguesa e mesmo nosso marinheiro da Independência se fardavam à moda inglesa. Em relação ao uniforme de trabalho, a calça só chegava a meia-perna e, em vez do chapéu, usava-se um barrete com bola na ponta. No ano de 1797 foi publicado, por um Alvará de sua Majestade, um "Regimento de Artilharia de Marinha", com o seu regulamento. A disciplina geral a bordo era sobremodo severa, para não dizer desumana, e igual para todos, tanto para os marujos quanto para os soldados de infantaria, e todos eram subordinados ao comandante do destacamento. Havia melhoria no rancho nas datas festivas. A água potável de bordo era transportada em grandes tonéis amarrados no porão, e seu uso condicionado a determinadas ordens. Uma ração de sabão era distribuída para lavagem da roupa. O uso da roupa e o do uniforme eram regulados por normas próprias, e toda a equipagem de bordo deveria sempre se apresentar limpa e asseada. Cada navio tinha o seu capelão, padre secular ou um frade de qualquer ordem que era obrigado a dizer duas missas aos domingos e dias santificados de guarda, salvo quando houvesse mau tempo. Deveriam ensinar o catecismo e a doutrina cristã uma vez por semana.

Conclusão: assim, mal-nutrido, fardado com muita economia, ridiculamente pago e rudemente guiado, foi o marujo da Independência, incontestavelmente, o fator máximo da nossa vitória sobre os poderosos elementos navais portugueses até então senhores das nossas águas territoriais. Por sua abnegação, disciplina, constância e bravura e seu espírito de renúncia e heroísmo, impôs-se ao respeito do inimigo, à estima de seu chefe e à consideração e veneração da Pátria agradecida. Foram eles os denodados tripulantes da Esquadra da Independência, que, guiados pelos valentes João das Bottas, Cochrane, Pedro Nunes, Grenfell e Taylor, varreram dos nossos mares os lenhos inimigos; foram eles os companheiros dedicados de Norton, Tamandaré, Inhaúma, Barroso, Mello e Alvim, Gama Rosa, Angra, Wandenkolk e Lamego, nessa sequência de ações heroicas que são o orgulho de uma classe e os florões de uma nacionalidade: nossa Marinha de Guerra e nosso amado Brasil!

Foi o marujo da Independência o fator máximo da nossa vitória sobre os poderosos elementos navais portugueses até então senhores das nossas águas territoriais

Afinal, qual o prêmio de tantos sacrifícios, tantas fadigas e tantas renúncias? Pelo Decreto de 16 de janeiro de 1823, Sua Majestade, o Imperador D. Pedro II, mandava estender meio soldo às viúvas e aos órfãos dos oficiais da Armada e inferiores que morressem em defesa da Independência; aos das praças, o soldo integral. Pelo Decreto de 31 de janeiro do mesmo ano, mandou-se cunhar uma medalha para galardoar os batalhadores da Independência, condecoração que também se fez extensiva à Armada, pelo Decreto de 17 de agosto de 1825.

"Aos bravos lutadores, a nossa veneração e o nosso respeito".

🗁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<NOMES>; Vultos Navais; Tamandaré;

BIBLIOGRAFIA

BOITEUX, Lucas Alexandre (Capitão de Mar e Guerra). *A Marinha Imperial e outros ensaios*. Brasil: Imprensa Naval, Ministério da Marinha, 1954.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira (Vice-Almirante). *A evolução do Pensamento Estratégico Naval brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército,1985.

ANEXO

BIOGRAFIA DO ALMIRANTE TAMANDARÉ E FATOS IMPORTANTES DE SUA VIDA

Joaquim Marques Lisboa nasceu em 13 de dezembro de 1807, na Vila José do Norte, Rio Grande do Sul, filho do Capitão de Milícias Francisco Marques Lisboa e de D. Eufrásia Joaquina de Azevedo Lima. Tamandaré assentou praça em 4 de março de 1823 como voluntário para lutar nas guerras pela Independência. Foi promovido a segundo-tenente efetivo após exames conclusivos na Academia de Marinha, em 26 de janeiro de 1826. Faleceu no Rio de Janeiro, em 20 de março de 1897.

A Marinha do Brasil, criada em 1822, enfrentou, logo de início, duas guerras, a da Independência e a da Cisplatina, ambas decisivas para unidade política e integridade territorial do imenso patrimônio colonial unido pela mesma cultura. Logo em seguida, essa Marinha teve papel relevante no bloqueio das províncias revoltadas, submetendo forças rebeldes nos portos e transportando as tropas do Exército enviadas para pacificação. Consolidando a unidade territorial do País e o poder político do Império, a Marinha enfrentou as graves crises externas da metade do século XIX. Joaquim Marques Lisboa, como comandante de navio, lutou nesse período, influindo decisivamente no curso das operações navais da Guerra Cisplatina e na neutralização das revoltas internas, tais como: Abrilada, Sabinada, Balaiada e Praieira. Essas atuações deram-lhe um prestígio profissional indiscutível, ao mesmo tempo ele que tomava conhecimento das questões políticas e estratégicas que futuramente seriam vitais para o Brasil, durante a Guerra do Paraguai.

Na Guerra da Cisplatina, Tamandaré teve desempenho notável nos combates de que participou. Mais tarde, em janeiro de 1842, seu pavilhão de comandante das Forças Navais do Brasil no Rio da Prata foi içado. Tamandaré tivera sua formação na desgastante guerra de bloqueio naval no Rio da Prata e seria um ardo-

roso defensor e, mais tarde, um enérgico executante desta forma de coerção ou de guerra. Conhecia profundamente o teatro de operações em que combatera quando jovem comandante. Era, portanto, o chefe naval brasileiro em melhores condições de atuar numa crise naquela área.

Escolhido em 1848 para trazer ao Brasil a Fragata a Vapor *D. Afonso*, recém-construída na Inglaterra, Tamandaré adquiriu novos conhecimentos no que se refere à construção naval, que, somados à sua reputação profissional, o levaram a ser indicado para o cargo de inspetor do Arsenal de Marinha da Corte. De retorno ao Brasil, participou das ações contra as revoltas políticas, assumindo o comando das forças navais no combate à Revolução Praieira, no Recife. À Fragata *D. Afonso* estava reservada outra glória: ser a capitânia de Grenfell na memorável Passagem de Tonelero, a 17 de dezembro de 1851, a antessala da vitória de Monte Caseros.

Entre 1858 e 1860, foram incorporados à Marinha 12 navios, dez dos quais rigorosamente dentro das especificações de Tamandaré, com baixo calado, para navegação fluvial. Em 1864, o Brasil enfrentou sucessivamente a Guerra no Uruguai contra Atanásio Cruz Aguirre e a Guerra da Tríplice Aliança. Inicialmente, os meios militares de que dispunha o governo imperial na região resumiam-se à Esquadra. E foi com ela que deu início às hostilidades. Tamandaré, comandante das Forças Navais do Brasil no Prata desde 20 de abril, impõe o bloqueio ao Uruguai em 2 de janeiro de 1865, com a chegada de reforço do Exército. Com a agressão paraguaia, Tamandaré concebe um plano estratégico. Baseado no bloqueio fluvial em busca da batalha decisiva, no estabelecimento de um amplo plano de sistema logístico, em operações conjuntas com o Exército e na progressão rio acima, de forma coordenada com as forças terrestres, Tamandaré dá início, em 10 de abril de 1865, ao bloqueio do Paraguai. A estratégia de Tamandaré começara a proporcionar seus resultados, que não escaparam a Solano Lopes. Os paraguaios se viram, então, forçados a buscar a batalha decisiva, concebendo-a de maneira brilhante por meio de um golpe conjunto de forças navais e terrestres, próximo ao seu acampamento em Riachuelo.

Se Riachuelo foi vencida graças à liderança de Barroso e ao desempenho das tripulações e guarnições brasileiras, não é menos verdade que toda a campanha fluvial, travada de 1865 a 1866, foi vencida pela previdência e estratégia de Tamandaré. A previdência foi operacionalizada, oito anos antes, com a organização e o emprego de divisões navais que progressivamente foram dominando toda bacia fluvial em que se desenrolavam as operações de guerra. Riachuelo, batalha decisiva sobre todos os aspectos, confirmou a antiga lição da História Militar segundo a qual uma Marinha não se improvisa.

Em fevereiro de 1866, Tamandaré assume o comando da Esquadra em Corrientes, reorganiza as divisões e prossegue na condução de sua estratégia, que contribui decisivamente para o sucesso do desembarque aliado em Passo da Pátria. Com o bloqueio de Curuzu, tem início o bombardeio que durou até sua queda, em 2 de setembro de 1866, diante das tropas do Exército. Substituído no Comando das Forças Navais pelo Almirante Joaquim José Ignácio, futuro Visconde de Inhaúma, a 19 de novembro de 1866, Tamandaré, além de vencer a Guerra do Uruguai e "salvar a causa da Aliança de 1865", como observou Osório, lançou as bases da vitória brasileira na Guerra da Tríplice Aliança. Depois da batalha

de Riachuelo e vencido Humaitá, as vias estratégicas estavam sobre o controle das forças brasileiras. Exército e Marinha subiram o rio, coordenadamente, até a vitória final. O emprego conjunto da Armada e do Exército, conforme concebido por Tamandaré, realizado em dimensões amplas e cenário complexo, contribuiu para o êxito da campanha e, de modo especial, para o estabelecimento e a consolidação definitiva de princípios e conceitos de coordenação sistêmica e de planejamento de ações sinérgicas de forças terrestres e navais, base da doutrina autóctone dos empregos combinado e conjunto das Forças Armadas brasileiras.

O pensamento estratégico-militar contemporâneo tem, em Tamandaré, uma das mais valiosas lições da arte da guerra. A Marinha, concebida e instruída por Tamandaré, foi a decisiva surpresa técnica e tática que equilibrou estrategicamente a situação militar da Guerra da Tríplice Aliança, permitindo que o Exército manobrasse até alcançar o colapso do inimigo em Angustura. Poucas operações combinadas na História Militar tiveram tamanho êxito quanto as executadas pela Marinha e pelo Exército do Brasil na Guerra da Tríplice Aliança. Se a Caxias coube a glória de vencê-la, foi Tamandaré, mesmo antes do seu início, quem encaminhou a vitória.

Fontes de consulta: *Chefes, líderes e pensadores militares*, Biblioteca do Exército Editora (tradução do inglês, Rio de Janeiro, 1999, páginas 467 a 470); e Michael Lee Lanning, autor de livros sobre assuntos militares, entre os quais *The Military 100*, que contém biografias de grandes líderes militares da história.